



**COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO
BRASIL**

ATA DO 80º ENCONTRO DE PRESIDENTES

PRESIDÊNCIA: Des. Marcus Antônio de Souza Faver;
DATA DA ABERTURA: 09/07/2009 às 20h30.

Com a presença dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, constantes da lista de presença anexa, deu-se a abertura do Encontro na sede do Tribunal de Justiça, sob a Presidência da Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, presentes: o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, Presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Des. Marcus Faver, do Governador do Estado, Ivo Narciso Cassol, do Procurador Geral de Justiça do Estado de Rondônia, Ivanildo de Oliveira, do representante da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Estadual José Amauri dos Santos, do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, Hélio Vieira da Costa e outras autoridades.

Após a apresentação do vídeo institucional "Justiça de Rondônia" aos participantes, a Presidente do Tribunal de Justiça apresentou votos de boas vindas aos Presidentes e passou a palavra ao Presidente da Comissão Executiva Des. Marcus Faver que discorreu sobre a finalidade do Encontro de Porto Velho.

Cumprindo a programação elaborada pela Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia, no dia 10/07/2009, foram iniciados os trabalhos, com a apresentação dos seguintes temas:

- I) Explicação do Projeto de Engenharia da Usina Hidrelétrica Santo Antônio - Sr. Nelson Caproni, Gerente Geral de Obras; Explicação do Projeto Executivo Ambiental da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, Sr. Ricardo Márcio Martins Alves, Gerente Geral de Sustentabilidade;
- II) Comunicação e Transparência na Justiça - Tema apresentado pela Jornalista Madeleine Lacsko, Coordenadora de Rádio/Rádio Justiça. A jornalista buscou em sua explicação, sensibilizar os tribunais para a importância da comunicação na transparência e para a oportunidade de uso mais eficiente das mídias institucionais da justiça como a Rádio Justiça, colocando-se à disposição para qualquer divulgação.
- III) Assuntos Internos - "Adoção de Estratégias de Crescimento para a Justiça

Estadual" - Proposta apresentada em Araxá/MG, onde se verificou a necessidade de aperfeiçoamento da Justiça de 1º Grau, enfatizada pelo Exmo. Sr. Corregedor Nacional da Justiça - Ministro Gilson Dipp. Em razão disto e pensando-se em formas de garantir a efetiva distribuição da justiça, com "duração razoável do processo", os Excelentíssimos Presidentes dos Tribunais de Mato Grosso e do Paraná elaboraram valiosos projetos que, se levados a termo, poderão, ao menos, minimizar o ônus suportado pela justiça de primeiro grau. Após análise das propostas pela Comissão composta pelos desembargadores Pedro Ranzi, Mariano Alonso Ribeiro Travassos e Carlos Augusto Hoffmann, foi submetida à apreciação pelo colegiado e aprovada à unanimidade a Proposta do Exmo. Sr. Des. Mariano Alonso Ribeiro Travassos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Em consequência, determinou-se que todos os Tribunais de Justiça dos Estados enviem à Comissão Executiva o percentual das ações da Justiça Federal que tramitam perante a Justiça Estadual, num prazo de 30 (trinta) dias.

IV) Atividades do Conselho Nacional de Justiça - CNJ - O Des. Marcus Faver agradeceu a presença mais uma vez do Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça, no Encontro de Presidentes e passou a palavra ao Ministro. Declarou o mesmo que o número de processos para ele é motivo de orgulho saber que o cidadão procura o judiciário apesar de ser uma preocupação de gestão. A seguir, discorreu sobre as recentes resoluções do CNJ em especial as que discorrem sobre os carros oficiais, a dos concursos para provimentos de magistrados e a que trata dos juízes substitutos mostrando as razões que levaram o CNJ a adotar aludida medida exemplificando com tribunais que convocam juízes para auxiliarem os próprios gabinetes, juiz auxiliar designado como assessor, convocação de números de juízes à disposição de tribunais, juiz de direito para auxiliar as diretorias dos tribunais, etc. Esclarecendo que a participação do Colégio de Presidentes no sentido de encaminhar pedido de Providência é muito salutar; Justificou a Resolução sobre suspeição de juiz em decorrência do grande número de magistrados suspeitos, falando ainda sobre os prédios dos tribunais de justiça que não deixam a desejar enquanto os do primeiro grau encontram-se em péssimas condições, bem como sobre os processos administrativos paralisados nos tribunais, falta de planejamento das administrações, falta de fiscalização dos processos em atraso para promoção de juízes e outros temas ligados à Magistratura e CNJ. Concedida a palavra aos presidentes, o Desembargador Sérgio Antônio de Rezende, reclamou do grande número de processos que são encaminhados à Procuradoria Geral de Justiça inexistindo qualquer divulgação a respeito, o que não acontece com os magistrados, dizendo o Ministro que seria conveniente oficial ao CNJ, para que tome as devidas providências. Em seguida, a Presidente do Tribunal de Justiça agradeceu a presença do Ministro e comentou sobre a primeira correição realizada no 2º Grau, nos departamentos judiciários. Ressaltou que, com isso, alguns desembargadores aceitaram a idéia e realizaram correições em seus respectivos gabinetes.

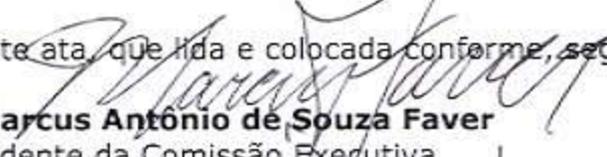
V) Continuação - Assuntos Internos - Pelo Presidente do Colégio Marcus Faver foi apresentada uma minuta do texto elaborado visando à propositura de potencial Pedido de Providências ao CNJ, objetivando modificações na Resolução n. 72/09, ficando aprovado apenas que ficará a critério de cada Tribunal de Justiça a sistemática das substituições dos desembargadores pelos juízes de direito, conforme seus respectivos regimentos internos. Ficou, ainda, aprovado a respeito da sugestão dirigida ao CNJ, no sentido de que a suspeição de juiz deve ser comunicada na forma estabelecida na respectiva resolução, sem apresentação do motivo, cabendo apuração daquele magistrado que apresentar um número elevado de suspeição.

O Presidente Marcus Faver informou ao colegiado, que o próximo encontro será

em setembro, em data previamente comunicada, na cidade de Campos do Jordão/SP.

Assim foi deliberado, com sugestão de providências necessárias que se encontram firmadas na Carta de Porto Velho, anexa a este documento.

Lavrada a presente ata, que lida e colocada conforme, segue assinada.


Des. Marcus Antônio de Souza Faver
Presidente da Comissão Executiva


Des. Robério Nunes dos Anjos
Secretário